



ANEXO

CNPJ	Razão Social	Horas-Aula	Valor
33.564.543/0001-90	SENAI		4.312.295,15

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

PORTARIA Nº 1.630, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011

O Reitor em exercício da Universidade Federal de Alfenas, usando de suas atribuições legais, resolve:

Prorrogar pelo período de 04-01-2012 a 03-01-2013, a validade do Concurso Público para Técnico-Administrativo em Educação, realizado através do Edital nº 096/2010, cujo resultado foi homologado através do Edital nº 001/2011, de 03-01-2011, publicado no DOU de 04-01-2011, Seção 3, fls. 82.

EDMÉR SILVESTRE PEREIRA JÚNIOR

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

RESOLUÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 176, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2011

A Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, usando das Atribuições que lhe Confere o Artigo 17, Inciso XII, do Estatuto e considerando os Termos dos Editais Nº 025/2010-PRH, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado do concurso público de provas e títulos para o cargo de Professor do Magistério Superior realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, conforme descrito abaixo:

Departamento	Área	Classe/RI	Classif.	Nome	Média
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	EaD - Ensino de Educação Física	Assistente/DE	1º lugar	PATRICK RAMON STAFIN COQUEREL	8,27
			2º lugar	João Carlos Neves de Souza e Nunes Dias	7,78
			3º lugar	Filipe Ferreira da Costa	7,56
			4º lugar	Carlos Alberto de Farias Félix	7,31

Art. 2º Tornar sem efeito o resultado homologado conforme Resolução nº 113/2011-CONSEPE, publicada no DOU 162, de 23 de agosto de 2011.

ÂNGELA MAIA PAIVA CRUZ

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

PORTARIA Nº 1.656, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2011

A Magnífica Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 23, do Estatuto vigente;

CONSIDERANDO as informações constantes do Processo Administrativo nº 23077.046508/2011-27;

CONSIDERANDO a sanção de Suspensão prevista no subitem 9.1.3 da Cláusula Nona, do Contrato de Prestação de Serviços nº 04/2011-UFRN, em consonância com o disposto nos artigos 7º da Lei nº 10.520/2002 e 87 da Lei nº 8.666/93; resolve:

1º - Aplicar à empresa PISO A TETO CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.275.841/0001-96, com sede na Rua Desembargador Montenegro, 418 - Barro Vermelho - Natal/RN, a sanção de Suspensão do direito de participar de licitação e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, com o registro do ato junto ao SICAF, conforme previsão contida no subitem 9.1.3 da Cláusula Nona, do Contrato de Prestação de Serviços nº 04/2011-UFRN (Reformas e serviços no prédio da Reitoria; nos Centros de Biociências e Ciências Humanas, Letras e Artes; e no parque aquático da Divisão de Atividades Desportivas, no Campus Central da UFRN), em decorrência do descumprimento do prazo estabelecido para a execução e entrega dos serviços relacionados no referido Instrumento de Contrato, conforme apurado por meio do Processo Administrativo nº 23077.046508/2011-27;

2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ

PORTARIA Nº 1.657, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2011

A Magnífica Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 23, do Estatuto vigente;

CONSIDERANDO as informações constantes do Processo Administrativo nº 23077.059858/2011-53;

CONSIDERANDO a sanção de Suspensão prevista no subitem 9.1.3 da Cláusula Nona, do Contrato de Prestação de Serviços nº 20/2011-FUNPEC, em consonância com o disposto nos artigos 7º da Lei nº 10.520/2002 e 87 da Lei nº 8.666/93; resolve:

1º - Aplicar à empresa PISO A TETO CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.275.841/0001-96, com sede na Rua Desembargador Montenegro, 418 - Barro Vermelho - Natal/RN, a sanção de Suspensão do direito de participar de licitação e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, com o registro do ato junto ao SICAF, conforme previsão contida no subitem 9.1.3 da Cláusula Nona, do Contrato de Prestação de Serviços nº 20/2011-FUNPEC (Ampliação do pavilhão administrativo do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes para instalação do LABPLAN e dos Cursos de Gestão em Políticas Públicas e de Língua Espanhola no Campus Central da UFRN), em decorrência do descumprimento do prazo estabelecido para a execução e entrega dos serviços relacionados no referido Instrumento de Contrato, conforme apurado por meio do Processo Administrativo nº 23077.059858/2011-53;

2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ

PORTARIA Nº 1.658, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2011

A Magnífica Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 23, do Estatuto vigente;

CONSIDERANDO as informações constantes do Processo Administrativo nº 23077.058325/2011-54;

CONSIDERANDO a sanção de Suspensão prevista no subitem 9.1.3 da Cláusula Nona, do Contrato de Prestação de Serviços nº 135/2010-UFRN, em consonância com o disposto nos artigos 7º da Lei nº 10.520/2002 e 87 da Lei nº 8.666/93; resolve:

1º - Aplicar à empresa PISO A TETO CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.275.841/0001-96, com sede na Rua Desembargador Montenegro, 418 - Barro Vermelho - Natal/RN, a sanção de Suspensão do direito de participar de licitação e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, com o

registro do ato junto ao SICAF, conforme previsão contida no subitem 9.1.3 da Cláusula Nona, do Contrato de Prestação de Serviços nº 135/2010-UFRN (Reforma das instalações da Biblioteca Setorial, Banheiros e Cantina do Departamento de Artes no Campus Central da UFRN), em decorrência do descumprimento do prazo estabelecido para a execução e entrega dos serviços relacionados no referido Instrumento de Contrato, conforme apurado por meio do Processo Administrativo nº 23077.058325/2011-54;

2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ

PORTARIA Nº 1.659, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2011

A Magnífica Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 23, do Estatuto vigente;

CONSIDERANDO as informações constantes do Processo Administrativo nº 23077.013318/2011-23;

CONSIDERANDO a sanção de Suspensão prevista no subitem 9.1.3 da Cláusula Nona, do Contrato de Prestação de Serviços nº 03/2011-FUNPEC, em consonância com o disposto nos artigos 7º da Lei nº 10.520/2002 e 87 da Lei nº 8.666/93; resolve:

1º - Aplicar à empresa PISO A TETO CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.275.841/0001-96, com sede na Rua Desembargador Montenegro, 418 - Barro Vermelho - Natal/RN, a sanção de Suspensão do direito de participar de licitação e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, com o registro do ato junto ao SICAF, conforme previsão contida no subitem 10.1.3 da Cláusula Décima, do Contrato de Prestação de Serviços nº 03/2011-FUNPEC (Reforma do Museu Câmara Cascudo - 1ª Etapa), em decorrência do descumprimento do prazo estabelecido para a execução e entrega dos serviços relacionados no referido Instrumento de Contrato, conforme apurado por meio do Processo Administrativo nº 23077.013318/2011-23;

2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 566, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011

OS MINISTROS DE ESTADO DA FAZENDA E DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 8º, §§ 3º e 4º do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, resolvem:

Art. 1º Ampliar os limites de pagamento de que trata o Anexo II do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, na forma dos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO I

ACRÉSCIMO DOS VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2011 E AOS RESTOS A PAGAR (ANEXO II DO DECRETO Nº 7.445, DE 1º DE MARÇO DE 2011 - DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MF Nº 70, DE 2 DE MARÇO DE 2011)

ÓRGÃOS E/OU UNID. ORÇAMENTÁRIAS	Até Dez
26000 Ministério da Educação	350.000
33000 Ministério da Previdência Social	79.160
35000 Ministério das Relações Exteriores	55.000
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	383.000
TOTAL	867.160

Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes: 150, 250, 179, 182, 282 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012011123000025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ANEXO II

PORTARIA Nº 564, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011

ACRÉSCIMO DOS VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2011 E AOS RESTOS A PAGAR (ANEXO II DO DECRETO Nº 7.445, DE 1º DE MARÇO DE 2011 - DETALHAMENTO CONSTATANTE DO ANEXO II DA PORTARIA MF Nº 70, DE 2 DE MARÇO DE 2011) ACRÉSCIMO

ÓRGÃOS E/OU UNID. ORÇAMENTÁRIAS	Até Dez
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	108.000
33000 Ministério da Previdência Social	2.840
TOTAL	110.840

Fontes: 150, 250 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

PORTARIA Nº 562, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e pelo art. 4º - A da Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, resolve:

Art. 1º Obedecidas as condições, critérios e limites estabelecidos pela Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, pelo Decreto nº 5.288, de 29 de novembro de 2004, pela Portaria/MF nº 450, de 13 de setembro de 2011, e pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.000, de 25 de agosto de 2011 e alterações posteriores, ficam estipuladas, para 2011, os seguintes limites de subvenção econômica a ser concedida pela União no âmbito das operações de microcrédito produtivo orientado, por instituição financeira:

- I - Banco do Nordeste do Brasil S/A (CNPJ 07.237.373/0001-20): até R\$ 31.243.840,00 (trinta e um milhões, duzentos e quarenta e três mil, oitocentos e quarenta reais);
- II - Banco do Brasil S/A (CNPJ 00.000.000/0001-91): até R\$ 9.739.818,00 (nove milhões, setecentos e trinta e nove mil, oitocentos e dezoito reais);
- III - Caixa Econômica Federal (CNPJ 00.360.305/0001-04): até R\$ 5.371.743,00 (cinco milhões, trezentos e setenta e um mil, setecentos e quarenta e três reais);
- IV - Banco do Estado do Rio Grande do Sul (CNPJ 92.702.067/0001-96): até R\$ 1.100.751,00 (um milhão, cem mil, setecentos e cinquenta e um reais);
- V - Banco do Estado do Espírito Santo S/A (CNPJ 28.127.603/0001-78): até R\$ 1.022.014,00 (um milhão, vinte e dois mil e quatorze reais);
- VI - Banco do Estado da Amazônia S/A (CNPJ 04.902.979/0001-44): até R\$ 189.898,00 (cento e oitenta e nove mil, oitocentos e noventa e oito reais);

Art. 2º Para fazer jus ao recebimento da subvenção, as instituições financeiras relacionadas no artigo 1º desta Portaria deverão, obrigatoriamente, adotar, para envio das informações relativas às operações realizadas, nos termos do §1º, artigo 3º da Portaria MF nº 450, de 2011, a sistemática operacional a ser informada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Parágrafo único. No caso de atraso no encaminhamento das informações referidas no caput em decorrência da não adoção da sistemática operacional estabelecida pela STN, o pagamento do valor devido será postergado, sem a incidência de atualização monetária, para o mês subsequente, até que a instituição financeira se adeque ao padrão estabelecido pela STN.

Art. 3º Alterar o item "c" do Anexo da Portaria MF nº 450, de 13 de setembro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"c) DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

As instituições financeiras beneficiárias da subvenção de que trata esta Portaria, ao encaminharem a Declaração de Responsabilidade para fins de pagamento da equalização pelo Tesouro Nacional, deverão adotar o seguinte modelo:

Para efeito de atendimento ao disposto na Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, DECLARAMOS que os dados apresentados, objeto da solicitação de cobrança ao Tesouro Nacional, correspondem exatamente ao número de operações de microcrédito produtivo orientado efetivamente contratadas e acompanhadas por esta Instituição, bem como aos valores e informações contratuais, atendidas as condições estabelecidas na Portaria do Ministério da Fazenda nº 450, de 13 de setembro de 2011 e suas alterações posteriores, pelo que ATESTAMOS a boa e regular aplicação dos recursos, para fins de liquidação da despesa, conforme disposto no art. 63, §1º, II da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Caso o Banco Central do Brasil, nos termos do disposto nos artigos 4º - B e 4º - C da Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, constata a existência de qualquer irregularidade ou desvio de recursos provenientes das subvenções de que trata a referida Lei, fica esta instituição financeira, neste ato, obrigada a devolver, em dobro, a subvenção recebida, no prazo máximo de 30 dias da data da cobrança pelo Tesouro Nacional, devidamente atualizada pela variação da taxa Selic, verificada da data do pagamento pelo Tesouro Nacional até a efetiva devolução, sem prejuízo das demais penalidades previstas nos normativos pertinentes. Para tanto, esta instituição se compromete a efetuar o agendamento do respectivo débito em nossa conta "reservas bancárias", no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro.

Local e data: _____/_____/____

Assinatura autorizada: _____

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUIDO MANTEGA

PORTARIA Nº 563, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011

Institui, para o ano-calendário de 2011, mecanismo de ajuste para fins de determinação de preços de transferência, na exportação, de forma a reduzir impactos relativos à apreciação da moeda nacional em relação a outras moedas.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 36 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, resolve:

Art. 1º Excepcionalmente, para o ano-calendário de 2011, poderão ser ajustados, mediante multiplicação pelo fator de 1,11 (um inteiro e onze centésimos):

I - as receitas de vendas de exportações, para efeito do cálculo de comparação com as vendas do mesmo bem no mercado interno, de que trata o caput do art. 19 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996; e

II - o preço praticado pela pessoa jurídica nas exportações para pessoas vinculadas, para efeito de comparação com o preço parâmetro calculado pelo método Custo de Aquisição ou de Produção mais Tributos e Lucro (CAP), conforme dispõe o inciso IV do § 3º do art. 19 da Lei nº 9.430, de 1996.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUIDO MANTEGA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012011123000026

Eleva o valor do limite global anual das importações destinadas à pesquisa científica e tecnológica fixado pela Portaria MF nº 88, de 31 de março de 2011.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, resolve:

Art. 1º Fica elevado para US\$ 650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) o valor do limite global anual, para o exercício de 2011, relativo à importação de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, para fins de aplicação do disposto no art. 1º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, fixado pela Portaria MF nº 88, de 31 de março de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUIDO MANTEGA

PORTARIA Nº 565, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 8º, incisos I e II e § 1º, do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, resolve:

Art. 1º Remanejar os limites de pagamento de que trata o Anexo II, do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, bem como ajustar o detalhamento constante dos Anexos I, II e III da Portaria MF nº 70, de 2 de março de 2011, na forma dos Anexos I, II e III desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

ANEXO I

REDUÇÃO DOS VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2011 E AOS RESTOS A PAGAR DE QUE TRATA O ANEXO I DA PORTARIA MF Nº 70, DE 2 DE MARÇO DE 2011

ÓRGÃOS E/OU UNID. ORÇAMENTÁRIAS	Até Dez
20000 Presidência da República	10.000
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	2.245
32000 Ministério de Minas e Energia	6.571
36000 Ministério da Saúde	17.336
44000 Ministério do Meio Ambiente	51.067
53000 Ministério da Integração Nacional	500
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	13.218
56000 Ministério das Cidades	8.302
TOTAL	109.239

Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes: 150, 250, 179, 182, 282 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO II

ACRÉSCIMO DOS VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2011 E AOS RESTOS A PAGAR DE QUE TRATA O ANEXO II DA PORTARIA MF Nº 70, DE 2 DE MARÇO DE 2011

ÓRGÃOS E/OU UNID. ORÇAMENTÁRIAS	Até Dez
20000 Presidência da República	10.000
32000 Ministério de Minas e Energia	6.571
44000 Ministério do Meio Ambiente	51.067
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	4.080
56000 Ministério das Cidades	8.302
TOTAL	80.020

Fontes: 150, 250 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO III

ACRÉSCIMO DOS VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2011 E AOS RESTOS A PAGAR DE QUE TRATA O ANEXO III DA PORTARIA MF Nº 70, DE 2 DE MARÇO DE 2011

ÓRGÃOS E/OU UNID. ORÇAMENTÁRIAS	Até Dez
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	2.245
36000 Ministério da Saúde	17.336
53000 Ministério da Integração Nacional	500
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	9.138
TOTAL	29.219

Fontes: 179, 182, 282 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.